

Gênero e mundo do trabalho: uma reflexão sobre o mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2004 - 2014)

Caíque Diogo de Oliveira¹

Resumo: O alvorecer do século XXI trouxe expectativas de renovação para a economia brasileira, com o país figurando entre os países emergentes no cenário internacional apresentando crescimento do produto interno bruto, valorização da renda e criação de postos de emprego. Esse cenário refletiu no mercado de trabalho com a diminuição da taxa de desemprego, valorização do salário mínimo e renda, chegando a se cogitar a hipótese de um cenário de pleno emprego. Acompanhado do crescimento econômico, verifica-se a presença cada vez maior do trabalho feminino com registro em carteira. Utilizando-se de pesquisa documental e bibliográfica investigamos os bancos de dados e pesquisas da área econômica, amparados pelo conceito de interseccionalidade de gênero e cor/raça, para verificar se houve mudanças estruturais em relação as variáveis gênero e cor/raça no período de 2004-2014. Embora no período estudado o desemprego tenha variado de 12% em 2004 para 5% em 2014, desde o início até o fim do período as mulheres mantêm taxas de desemprego maiores que os homens, mesmo se consideradas cor/raça nas análises. Há também a ocorrência de uma hierarquia no rendimento médio mensal não alterada durante o período em que os homens brancos figuravam o topo seguidos das mulheres brancas que ganham mais que homens negros, enquanto as mulheres negras são quem mais sofrem essa disparidade ganhando os menores rendimentos. Apesar do desenvolvimento econômico brasileiro durante o período de 2004-2014, verificamos a ocorrência de assimetrias de gênero e cor/raça não se alteradas durante o período.

Palavras-chaves: Mercado de trabalho; interseccionalidades; Gênero.

¹ Mestrando PPGEd – UFSCar *campus* Sorocaba e bolsista CAPES; caique.diogo@outlook.com.br

Introdução

A inserção do Brasil no processo de mundialização do capital a partir da década de 1990 com a abertura comercial e a implantação de políticas públicas de cunho neoliberal trouxe diversas mudanças para a classe trabalhadora brasileira. No início dos anos 2000, estudos já sinalizava com as questões de gênero e trabalho feminino que envolviam o contexto esse contexto econômico apontando para o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, atuando no setor de serviços e/ou empregos precarizados, em geral nos países da Ásia e América Latina (HIRATA, 2002; GUIMARÃES, 2004; ANTUNES; ALVES, 2003). Contudo, a sociedade contemporânea vivência um cenário cada vez mais crítico, que tem transformado as relações de trabalho no mundo todo, desde os países de capitalismo avançado até os países considerados periféricos do processo de produção de valor-capital.

Inserido no processo de globalização, o Brasil tem ocupado uma posição de pouca autonomia para suas escolhas de desenvolvimento industrial e tecnológico, apesar destes processos de dominação em que o Brasil está inserido, o início dos anos 2000 são marcados com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos trabalhadores e a tentativa de aplicação de um projeto econômico *neodesenvolvimentista*, o mercado de trabalho brasileiro passou por diversas mudanças, tanto na oferta quanto na demanda de emprego. Nesse período o Brasil, junto a Rússia, Índia, China e África do Sul passaram a figurar como países emergentes entre o cenário internacional com crescimentos acelerados do produto interno bruto e de investimentos de capital externo. Além da diminuição na taxa de desemprego, houve também uma valorização do salário mínimo e conseqüentemente dos salários reais – muitas vezes decorrentes de políticas públicas de valorização do emprego.

O desenvolvimento econômico não é um fenômeno que abrange todos os indivíduos da mesma forma, nosso estudo irá se utilizar de fontes documentais e bibliográficas para investigar como se comportam as variáveis gênero e cor/raça² no mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2004 e 2014.

Método

Neste estudo de caráter exploratório, cujos dados primários e secundários que remetem as condições do mercado de trabalho brasileiro, realizamos uma coleta em bancos de dados

² Chamaremos de homens negros e mulheres negras aqueles indivíduos auto-declarados pardos e pretos pelos critérios do IBGE, uma vez que essa medida também é adotada pelo IPEA para a organização de dos dados que serão utilizados nesse estudo.

como IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - como fontes primárias e os estudos realizados por economistas e estudos direcionados a questões de gênero e cor/raça realizados pelo IPEA – Instituto Brasileiro de Pesquisa econômica -. Os periódicos nacionais pesquisados para a fundamentação dos dados foram da área de economia.

Para a instrumentalização do olhar investigativo iremos recorrer a dois conceitos: lugar de fala e interseccionalidade como forma de aprofundamento dos dados mais gerais sobre o contexto do mercado de trabalho brasileiro no período.

O trabalho de Ribeiro (2017) intitulado *O que é lugar fala?* Procura refletir sobre a questão do *locus* social do sujeito discursivo. A autora inicia o trabalho desvelando as dificuldades que as intelectuais negras enfrentam para se fazerem presentes nos discursos universitário e também nos espaços fora das universidades, dificultando articulações contra as opressões de gênero e etnia/raça. Embora o livro esteja focado no debate sobre o papel do feminismo negro e o conceito de lugar de fala como instrumento discursivo, refletindo sobre o lugar que cada indivíduo pode ocupar no debate público Ribeiro (2017, p.61) entende que “Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal” (RIBEIRO, 2017, p.61), o que se propõe com a concepção de *locus social* é estabelecer novos caminhos de concepção e validação, diferentemente das críticas que se faz a esse conceito argumentando que ele tende a encerrar discussões e restringir a troca de ideias

Considero importante ressaltar o lugar de fala ocupando no debate por esse estudo. Portanto, nesse momento do texto quero deixar de lado a terceira pessoa e me referir ao leitor a partir da primeira pessoa para delimitar meu lugar de fala nesse estudo. Sou um jovem estudante que me identifico com o gênero masculino. Ao ser um homem olhando para o trabalho feminino, farei um esforço de não descrever os sentidos das opressões do mercado de trabalho assumidos na condição feminina, assim buscarei apresentar os dados no sentido de auxiliar e contribuir com uma reflexão sobre as condições objetivas as quais estão inseridos os sujeitos.

Durante muito tempo, os estudos sobre a condição da mulher na sociedade tenderam a olhar para a mulher como categoria genérica e universal fazendo o uso do termo *mulheres* como elemento analítico (HIRATA, 2014) para levar em consideração as diferenças existentes entre a condição humana das mulheres brancas, indígenas, negras, ou entre trabalhadoras e burguesas, chegou-se à conclusão de haver uma impossibilidade de se pensar a mulher – e os próprios movimentos sociais feministas - a partir de uma perspectiva universal.

Para que a reflexão proposta nesse texto alcance essas heterogeneidades que compõe a realidade do gênero feminino, iremos recorrer ao conceito de interseccionalidade. No esforço de olhar as transformações no mundo do trabalho Hirata (2014, p.61) aponta que

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas. Assim, um primeiro ponto para aprofundamento é a análise do conceito de “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial” da epistemologia feminista a partir dos conceitos de interseccionalidade ou de consubstancialidade.

A análise interseccional procura estudar como os vários eixos de poder – como gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual, idade/geração, entre outras – se constituem e entrecruzam em meio as relações sociais estabelecendo desigualdades sociais e hierarquizações (HENNING, 2015), ou como afirma Crenshaw³ (2002, p.177)

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Entre as principais contribuições para a análise interseccional foi realizada por Davis (2016), olhando para a realidade americana, a autora nos faz uma denúncia sobre o fato de grande parte dos estudos feitos para resgatar a história dos ocorridos no período de exploração da mão de obra escravizada esqueceram do papel das mulheres nesse período, em especial dessas diferenciações em relação a gênero, raça e classe, assim como as opressões e lutas enfrentadas por essas mulheres. Além disso a autora chama a atenção para o papel das mulheres negras nas diferentes lutas por direitos como o voto ou os direitos a liberdade nos oferecendo uma reflexão sobre a necessidade de olharmos para a realidade das mulheres negras.

Notas sobre o mercado de trabalho brasileiro entre 2004 - 2014

Como observaremos no gráfico abaixo, a trajetória da taxa de desemprego assume um caráter declinante no período entre 2004-2014. O mercado de trabalho brasileiro inicia o ano de 2004 apresentando uma taxa de desocupação de aproximadamente 11,7% e encerra o ano de 2014 com 4,3%. Para Mattos (2015) a redução significativa do número e da taxa de desemprego

³ Conforme afirma Henning (2015) foi Kimberlé Crenshaw quem utilizou o conceito de interseccionalidade pela primeira vez, inicialmente como “metáfora” e posteriormente em seus textos como “categoria provisória”

está diretamente associada ao fato de que no período estudado ocorreu crescimento do número de postos de trabalho com carteira assinada acima do crescimento da PEA. Embora o baixo índice verificado entre os anos de 2013 e 2014 tenha acendido no Brasil uma discussão sobre uma situação de pleno emprego. Mattos e Lima (2015) realizaram um estudo com bases econométricas analisando o desemprego e o crescimento econômico ocorrido entre o período de 2002 a 2013, os autores argumentam com base existência de elevada informalidade, persistência de parcela expressiva de mão de obra subutilizada e tendo como referência algumas reflexões teóricas, que a economia brasileira não operava em pleno emprego em meados de 2013, apesar de ter, naquele momento, atingido o patamar mais baixo de uma longa série histórica.

Gráfico 1: Taxa média anual de desemprego no Brasil



Fonte: IPEADATA, 2015
Elaboração: Próprio autor

Durante o período de 2004 – 2014 certamente pode ser considerado como um período com mais postos abertos do que fechados no mercado de trabalho brasileiro. No período foram gerados pouco mais de 14 milhões de empregos. Ocorrendo picos, como em 2010, com a criação de mais de 2,1 milhões de empregos. E até durante a crise financeira de 2008-2009, quando a instabilidade e a redução da atividade econômica ocorreram quase que em caráter global, o Brasil conseguiu fechar o ano de 2008 com crescimento no PIB de 5% e 1,5 milhões de novos empregos formais e 2009 com 0,2% de PIB e 995 mil novos postos de trabalho (MATTOS, 2015; SABOIA, 2014).

Esse aumento quantitativo nos empregos formais nos levam a apontar a formalização das relações de trabalho que até então eram muito informais, ou seja, um processo de progressivo aumento da formalização das relações de trabalho, medida que abrange o emprego assalariado com carteira assinada, funcionários estatutários do setor público e empregadores

(MATTOS, 2015). Saboia (2014, p.120) aponta que os empregos com carteira assinada passaram a corresponder de 44% para 55% da PEA – População Economicamente Ativa –. Como também

[...] No caso dos direitos trabalhistas, seu não cumprimento costuma resultar em processos na Justiça do Trabalho, usualmente ganhos pelos empregados. Por outro lado, o governo aumentou a fiscalização nas empresas para cobrar o cumprimento da legislação trabalhista. Finalmente, a própria melhoria do mercado de trabalho observada no período aumentou o poder de barganha dos trabalhadores, com a possibilidade de escolherem melhores empregos que respeitam a legislação trabalhista

Conforme apontam alguns estudos, apesar do aumento da expansão econômica e dos empregos formais no Brasil durante o período de 2004 – 2014, as vagas de emprego criadas estão majoritariamente na faixa de remuneração daqueles/daquelas que recebem até um salário mínimo e entre um e dois salários mínimos.

Durante o período de 2011-2013, Saboia (2014) aponta que em alguns segmentos de serviços especializados, como nas áreas médica e de ensino, e em determinados setores da indústria, a geração de empregos atinge níveis salariais mais elevados, mas para o conjunto do mercado de trabalho ela está limitada aos salários mais baixos. Todavia, é importante ressaltar o aumento da renda média no período estudado. Pois, de um lado, há uma expansão na atividade econômica com direitos trabalhistas ainda pouco alterados pelo contexto neoliberal e de outro lado, políticas públicas de valorização do salário mínimo e diminuição da pobreza com intervenção direta do Estado⁴.

Esse dado sobre o desemprego, renda e informalidade, apesar de importante, possui limites para compreender o fenômeno do mercado de trabalho brasileiro, tomado por si só oculta realidades e vivências de diferentes nesse contexto. Assim, vale lembrar o discurso de Sojourner Truth (2018) sobre o papel e a vida das mulheres negras, onde ela ressalta que as mulheres negras sempre trabalharam e são esquecidas pelo olhar dominante. Inspirado na preocupação de Truth de não ocultar a realidade das mulheres – no nosso caso negras e brancas – optaremos por olhar esses dados gerais buscando sempre questionar: Quanto essas taxas

⁴ Nesse período foi possível verificar um aumento no consumo de bens duráveis e serviços por aquelas camadas da estrutura de renda que até então estavam privados desse consumo, todavia como afirma Pochmann (2014) isso não significa que esses indivíduos passaram a constituir a classe média brasileira, uma vez que a ascensão de classe não se dá pelo consumo, mas pela detenção dos meios de produção. Para Pochmann, assim como para Chauí, essa “medianização” da sociedade brasileira não encontra fundamentação na realidade concreta, sendo então mais uma implicação do contexto neoliberal como mais uma forma de fragmentação das classes sociais e das organizações sociais que pretendem romper com as estruturas do capital.

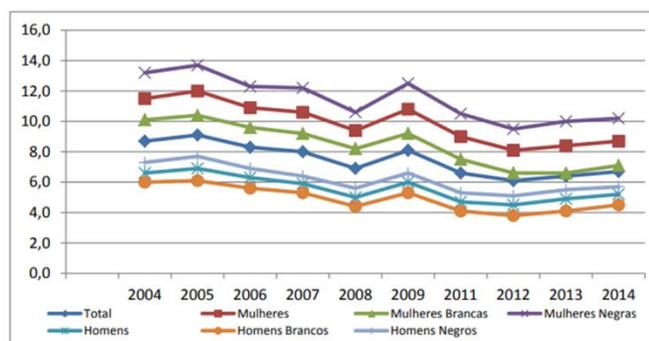
gerais do mercado de trabalho têm afetado mulheres e homens, pessoas autodeclaradas brancas e negras?

Desafios estruturais do mercado de trabalho brasileiro entre 2004 - 2014

Há no Brasil, e em grande parte do mundo, uma ausência de método para quantificar com precisão a população empregada/desempregada. Pinheiro et alli (2016) e Alves (2013) realizam suas análises a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, cuja categoria central é dada pela População Economicamente Ativa – PEA – e segundo os dados de Alves a taxa de participação dos homens na PEA era em 1960 de 77,2% enquanto as mulheres ocupavam 16,5% dessa população, em 2010 a diferença de participação foi para 67,1% composta por homens e 48,9% para mulheres. Com base nesses dados Pinheiro et alli (2016) afirma que algumas ressalvas devem ser feitas: primeiramente sobre a imprecisão do método, pois é evidente que a população feminina sempre trabalhou e não esteve fora do mercado de trabalho, essas mulheres estavam empregadas em grande parte na produção agropecuária e nos trabalhos domésticos – lugares não contemplados no método de análise. Em segundo lugar, essa ausência das estatísticas não foi sentida da mesma maneira por mulheres de diferentes etnias/raças, as mulheres negras e indígenas ocuparam postos de trabalho que passaram invisíveis a essa estatística – postos já supracitados.

Com relação ao desemprego, de 2004 - 2014, as mulheres mantêm taxas de desemprego maiores que os homens, mesmo se consideradas cor/raça nas análises (PINHEIRO et ali, 2016; LEITE, 2017).

Gráfico 2 – Taxa de desocupação da população brasileira por sexo e cor/raça para o período de 2004-2014



Fonte: Pnad/IBGE
Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Considerando também a educação dos grupos analisados, nota-se que é nas faixas extremas de anos de escolaridade que se encontram as menores taxas de desemprego, ou seja,

os indivíduos com muitos anos de estudo e os indivíduos com o menor tempo de estudo, assim o desemprego tem se espalhado pelas camadas com escolarização média – 5 a 11 anos de estudo (IPEA, 2013). A condição que se encontra sob maior vulnerabilidade no mercado de trabalho são as mulheres negras com 5 a 11 anos de estudo, portanto aquelas com formação do ensino fundamental e médio são as maiores vítimas do desemprego no Brasil.

Diversos estudos têm nos informado que há uma diferenciação entre cor/raça e gênero com relação aos rendimentos médios desses grupos, a intersecção desses dois atributos na análise nos conduz a descobertas de diferentes desigualdades. No ano de 2004, Segundo Pinto (2006) verifica-se a desigualdade de rendimentos entre gênero e cor/raça, estruturando uma hierarquização nos rendimentos, donde os homens brancos figuravam o topo seguidos das mulheres brancas que ganham mais que homens negros, enquanto as mulheres negras são as que mais sofrem essa disparidade ganhando os menores rendimentos. 10 anos depois, com uma taxa de desemprego menor em relação a 2004, o Brasil não conseguiu superar essas hierarquias, o homem branco continua com o maior rendimento, seguido da mulher branca, homem negro e mulher negra, respectivamente (LEITE, 2017). E ainda, é importante ressaltar entre essas desigualdades de gênero em relação a renda, o fato das estatísticas apontarem que as mulheres brancas ainda recebem 60% do valor relativo aos homens brancos e as mulheres negras 40% em relação ao homem branco (PINHEIRO et ali, 2016, p.11).

Entendendo o trabalho precarizado como aquele caracterizado por ser realizado sem carteira assinada, renda de até 2 salários mínimos, trabalho por conta-própria. Considerando esses requisitos na análise Pinheiro et ali (2016, p.11) argumenta haver uma queda expressiva do trabalho precarizado entre 2004 – 2013 “[...] com leve tendência de aumento a partir de então [2014], corroborada pelos dados da PNAD 2014.” Entre o trabalho precarizado, a mulher negra é “sujeito preferencial” nessas ocupações, do total de mulheres negras ocupadas em 2004, 50% estavam em condições de trabalho precarizadas, em 2014 esse percentual caiu para 39%, em seguida aparece os homens negros – 45% em 2004 e 32% em 2014 -, mulheres brancas – 38% em 2004 e 27% em 2014 – e por último os homens brancos – 31% em 2004 e 20% em 2014.

Além do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho formal – e maior visibilidade desse fenômeno pelas estatísticas - Guimarães (2009, p.27) observa nesse início de século XXI no Brasil uma “recomposição etária da força de trabalho”, expressada no crescente uso dos trabalhadores mais experientes, realizando um movimento de exclusão dos mais jovens e os mais idosos, porquanto a convergência deste movimento de queda dos jovens no quadro de empregos, alterou o perfil educacional dos indivíduos economicamente ativos. Em relação a recomposição etária argumentada pela socióloga Nadya Guimarães podemos estabelecer um

cruzamento com os dados de Lima, Rios, França (2013), assim verificamos que a aplicação da força de trabalho feminina com idades de 10 a 15 anos, entre os anos de 1995 – 2009, a participação das mulheres brancas nessa faixa etária caiu de 15,7% para 6,9%. No caso das mulheres negras, caiu de 19,3 para 8,3%. Apesar da aparente redução, é importante assinalar que essas mulheres por iniciarem suas trajetórias profissionais ainda no ensino fundamental tendem a não alcançar maiores anos de escolaridade, considerando que a atual conjuntura, como supracitado por Guimarães (2009), requer cada vez mais anos em sala de aula, olhares precisam ser direcionados para essas adolescentes.

Segundo Carvalho (2003) e Carvalho, Senkevics, Loges (2014) as mulheres têm conseguido alcançar mais anos de estudo em relação aos homens no Brasil. Esse quadro é resultado de mudanças que vêm ocorrendo desde os anos 1960 quando os homens brasileiros estavam em maior número no ensino superior e médio, a democratização da educação ocorrida junto a urbanização e principalmente com as conquistas da constituinte de 1988, possibilitaram o aumento do alunado feminino em todos os níveis de ensino. Já a recente ampliação do acesso ao ensino superior ocorrida no Brasil nos anos de 1990 - 2000 possibilitaram as mulheres uma inserção cada vez maior no ensino superior.

O estudo de Lima, Rios, França (2013), Pinto (2006) mostram que na categoria de funcionários públicos e/ou militares, encontra-se um contingente significativo de mulheres trabalhando nas áreas de educação e saúde, a presença feminina se destaca. Sob a burocracia do Estado, o preenchimento dos postos de trabalho se dá de maneira diferente em relação a iniciativa privada. Como afirmam os pesquisadores do IPEA Lima, Rios, França (2013, p.68):

Embora sejam necessários estudos mais aprofundados sobre o assunto, não se pode deixar de notar que, na categoria de funcionários públicos e militares, cujo ingresso exige impessoalidade, meritocracia e certo grau de escolarização, dado o caráter do concurso público, percebe-se que, nestes segmentos, de modo geral, as mulheres possuem boa inserção, chegando a superar os homens, situação singular, quando comparadas as demais categorias analisadas.

Este parece ser um bom indicio da falta de democracia e justiça nos processos de recrutamento e seleção da iniciativa privada. Como assinalado por Hirata (2002) A globalização tem aumentado a divisão sexual do trabalho, podemos também iniciar uma reflexão sobre como os padrões estéticos e sexistas tem reforçado barreiras com relação a gênero, classe e cor/raça.

Considerações Finais

No Brasil um “[...] país, [onde] o tradicional convive com o cosmopolita; o urbano com o rural; o exótico com o civilizado – e o mais arcaico e o mais moderno coincidem, um persistindo no outro, como uma interrogação.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.19). Em um período em que a classe trabalhadora se depara cada vez mais com suas heterogeneidades e distanciamentos entre si própria e diversas lutas sociais se travam no espaço de relações sociais desiguais. Esse ensaio é uma tentativa de apontar que mesmo diante de avanços sociais para as mulheres ocorridos no período entre 2004 – 2014 como a Lei Maria da Penha - no campo das políticas públicas - ou também o cenário brasileiro de aumento nos postos de trabalho e ocupação da PEA brasileira com aumento do trabalho decente para as mulheres, ressaltamos aqui que o início do século XXI continuou a reproduzir recorrentes desigualdades na intersecção gênero, classe e cor/raça. A manutenção de algumas hierarquias sociais parece nos mostrar como as desigualdades estão multiplicadas dentro da classe trabalhadora, de modo a demandar estudos com aprofundamentos nessas problemáticas.

Embora desde meados do século XX vem aumentando a participação das mulheres no mercado de trabalho formal (HIRATA; LOMBARDI; PAIVA, 2016; LEITE, 2017) ou no *mundo produtivo fabril* (ANTUNES, 2009), a ampliação do trabalho feminino no mundo do trabalho, em especial nos empregos formais, faz parte do processo de emancipação feminina das formas de exclusão social, todavia, é importante que essa luta seja reforçada por questões tanto de interseccionalidades apontando as assimetrias presentes no mundo do trabalho e nesse processo de inserção das mulheres, quanto as condições de emprego e trabalho que essas mulheres se encontram inseridas.

Uma consideração final também deve ser feita em relação as limitações do método utilizado. Com base no pensamento de Cox (2009) nos parece importante olhar também para as mulheres transexuais, e como suas trajetórias foram marcadas em um período de ampliação de empregos no Brasil, como foi experimentado entre 2004 – 2014.

Por fim, este capitalismo de influência neoliberal, tem despendido esforços para a redução dos direitos dos trabalhadores com reformas – e projetos de reforma – protagonizados pelo Estado. Espero com esse ensaio contribuir com uma reflexão do tempo presente, esperando no longo prazo estabelecer comparativos com os dados aqui levantados. Será que as desigualdades irão se dissipar? Isso só o tempo pode nos dizer.

Referências

- ALVES, José Eustáquio Diniz. **O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigo_112_a_reducao_do_hiato_de_genero_n_as_taxas_de_atividade_no_mercado_de_trabalho.pdf> acesso em dez. de 2017
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009
- CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 185-193, jan. /jun. 2003
- CARVALHO, Marília Pinto de; SENKEVICS, Adriano Souza; LOGES, Tatiana Avila. O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 3, p. 717-734, jul./set. 2014
- COX, Larvene. **Não sou eu uma mulher**. Traduzido por Tatiana Nascimento em agosto de 2009, de "AIN'T I A WOMAN", artigo publicado no site de laverne cox: <<http://lavernecox.com/gender-studies/aint-iwoman>>
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Santa Catarina, v.10, n.1, p.171-188, jan-jun. 2002
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Caminhos cruzados** Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004
- HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. **À procura de trabalho**: Instituições do Mercado e Redes. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009
- HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa; ABREU, Alice Rangel de Paiva (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. **Revista Política Pública**, v. 9, n. 1, p.111-128, jul. /dez. 2005
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão internacional do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18) 2002.
- IBGE. 2018. Trabalho. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho.html>> Acesso em 2018
- IPEADATA. 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em 2018
- LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009) *in*: **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. MARCONDES, Mariana Mazzini et al. Brasília: Ipea, 2013.

- LEITE, Marcia de Paula. Gênero e Trabalho no Brasil: Os desafios da desigualdade. **Revista Ciências do Trabalho** - Nº 8, ago de 2017
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. **Estudos Avançados** vol.29 no.85 São Paulo Set./Dec. 2015
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; LIMA, Sergiany da Silva. Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. **Economia & Sociedade** [online]. vol.24, n.2, 2015
- PINHEIRO, Luana et ali. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília: IPEA, 2016
- PINTO, Gisele. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 22 de Setembro de 2006
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Minas Gerais, Belo Horizonte: Letramento, 2017
- SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição? **Estudos Avançados**. vol.28 no.81 São Paulo Mai/Ago. 2014
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Helena Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- TRUTH ,Sojourner. **“E eu não sou uma mulher?”**: Sojourner Truth e a luta das mulheres negras contra as opressões. 2018. Disponível em:
<http://acentraldasdivas.blogspot.com.br/2017/07/e-eu-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth_4.html > Acesso em: Maio de 2018